

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 214 - Brasília, segunda-feira, 29 de abril de 1996

Valmir: solução é acelerar programa para o assentamento dos sem-terra

Senador alerta para a distinção entre as legítimas lideranças que querem a reforma agrária e aquelas que só objetivam auferir vantagens pessoais com essa bandeira

TV Senado disponível pelo Brasilsat

Qualquer emissora ou pessoa jurídica, inclusive as estações de televisão a cabo, pode receber o sinal da TV Senado, cuja programação abrange todas as sessões do plenário e das comissões, além de entrevistas especiais com os senadores. As transmissões em caráter definitivo foram iniciadas na segunda-feira passada, utilizando o satélite Brasilsat B1.

Para ter acesso à TV Senado, basta dispor do equipamento adequado, com as seguintes especificações: modelo NSC, fabricante CLI, transponder IBE com banda C estendida, antena de recepção com mínimo de 3,6 metros TVRO, LNB de recepção com temperatura de 25k, e receptor/decodificador de vídeo digital, NTSC Spectrum saver. A frequência de recepção na banda C é de 3.643.20 Mhz, e na banda L, 1.506.80 MH.

Arruda propõe bolsa escolar para carentes

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) propôs projeto instituindo programa de bolsa escolar para alunos carentes, entre 7 e 14 anos, em municípios de até 50 mil habitantes. **Página 3**



Valmir Campelo: questão agrária é problema delicado

Jefferson teme fim da estabilidade econômica

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) defendeu sexta-feira a rejeição do empréstimo solicitado pelo governo de São Paulo para sanear o Banespa. Segundo disse, a solução não é boa para o país e causará um enorme rombo nas contas públicas. Ele condenou ainda a posição de alguns senadores que aceitariam aprovar a solução para a crise do Banespa desde que essas mesmas condições fossem estendidas a outros bancos estaduais.

- O atual acordo - explicou Jefferson - é péssimo e, se estendido aos estados, será pior ainda. São quinze bilhões de dólares para São Paulo, vinte e dois bilhões de dólares para os estados, o que soma trinta



Jefferson

e sete bilhões de reais, quando a dívida pública total já ultrapassa US\$ 200 bilhões. Se o acordo se consumir, nessas condições, se for estendido aos outros estados, acabará com a estabilidade econômica.

De acordo com o senador, o déficit operacional brasileiro do primeiro semestre já beira 5% do PIB e, segundo disse, isso sinaliza que se esse déficit não for combatido o Plano Real estará condenado ao fracasso. Ele lamentou que parte da classe política parece não tomar consciência da gravidade dessa situação.

O senador Freitas Neto (PFL-PI) apoiou a posição de Jefferson. Já o senador Geraldo Mello (PSDB-RN) defendeu a solução adotada.

A questão da terra no Brasil "ameaça transformar-se numa tragédia sem proporções", disse sexta-feira o senador Valmir Campelo (PTB-DF), para quem a única forma de evitar novos conflitos em vários pontos do país "é acelerar o programa de assentamento dos sem-terra; é superarmos, definitivamente, a nossa incapacidade de lidar com nossas mazelas sociais sem transformá-las em questões policiais".

Para Valmir, os trágicos acontecimentos de Eldorado dos Carajás recolocaram a problemática da reforma agrária em ambiente de tensão. A questão agrária, segundo ele, é um dos problemas sociais mais delicados com que se defronta o país.

- A causa dos sem-terra é, em linhas gerais, justa. Temos um país continental, com numerosas terras improdutivas e milhares de famílias sem terem onde viver. É preciso - e essa tarefa cabe ao Estado - assentar essas famílias, torná-las produtivas, dar-lhes meios de exercer sua cidadania e de sobreviver como seres humanos - afirmou.

Valmir Campelo advertiu, contudo, que é preciso distinguir as lideranças verdadeiramente empenhadas na causa da reforma agrária daquelas que apenas a utilizam para auferir dividendos políticos pessoais. "Quem prega a violência e as invasões quer apenas tirar proveito da desgraça alheia", disse.

Suplicy critica demora no diálogo com sem-terra

"Este não foi um bom passo para o novo ministro da Reforma Agrária", diz senador ao censurar decisão de Raul Jungmann de adiar encontro com trabalhadores do campo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que o governo tenha adiado o encontro, anteriormente agendado para hoje, entre Raul Jungmann, indicado para o Ministério da Reforma Agrária, cuja criação foi anunciada na semana passada, e representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

- Este não foi um bom passo para o novo ministro.

Espero, no entanto, que o adiamento seja feito para, no mais tardar, terça ou quarta-feira - disse Suplicy, na sexta-feira.

Outro "desvio de rumo" que, na opinião do senador, estaria ocorrendo no governo consiste no provável reajuste de 12%, a ser anunciado dia 1º de maio, para o salário mínimo, quando os índices inflacionários, conforme salientou, indicam uma

perda de 20% nos últimos 12 meses.

Eduardo Suplicy criticou também a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), administrado pelo BNDES em favor de empresários, o que, segundo afirmou, estaria agravando



Eduardo Suplicy

os problemas de concentração de renda e riqueza. Para o senador, o governo deveria estudar melhor a questão e criar um programa de garantia de renda mínima, a exemplo do que já está sendo praticado no Canadá, nos Estados Unidos e na Inglaterra.

PROGRAMAÇÃO DA TV SENADO PARA HOJE

29.04.96

- 9h - Abertura
- 9h15 - Agenda do dia
- 9h30 - Entrevista com o senador Bernardo Cabral (PFL/AM).
- 10h - Reapresentação da Sessão Plenária de sexta-feira (dia 26)
- 11h45 - CCJ - Reapresentação da reunião de quarta-feira (dia 24)
- 14h30 - Transmissão da Sessão Plenária.
- 18h30 - Entrevistas
- 19h - Reapresentação da Sessão Plenária do dia.

Bernardo Cabral destaca conquistas de agência de publicidade do Amazonas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou sexta-feira a agência Saga Publicidade, de Manaus, destacando que o mérito

dessa empresa, que está comemorando 22 anos de existência, pode ser conferido pelos 133 prêmios conquistados no Brasil e no exterior, incluindo seis diplomas de excelência outorgados pela crítica de Nova York.

-A Saga é a empresa campeã do Norte-Nordeste, onde acaba de ganhar mais duas medalhas do



Bernardo Cabral

Prêmio Colunistas - disse Cabral, que exaltou a criatividade e o talento do publicitário amazonense Alberto Castelo Branco, fundador da agência. Cabral pediu a transcrição, no *Diário do Senado*, de artigo sobre a Saga Publicidade publicado no jornal *Amazonas em Tempo*.

APARTES

Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou que a Saga "engrandece a região amazônica" e parabenizou Castelo Branco e sua equipe de cri-

ação "pelo talento, criatividade, perseverança, pioneirismo e ousadia" da empresa em acreditar na região".

O senador Valmir Campelo (PTB-DF), lembrando ser "um homem de Comunicação", formado pela Universidade de Brasília, destacou a "credibilidade, honestidade e transparência" com que a empresa amazonense sempre atuou no mercado publicitário.

Já o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que "ganhar 14 prêmios internacionais é uma verdadeira saga". O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) também se associou à manifestação de Cabral.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h30 - Participa da apresentação do Projeto EspaçoData - Museu de Informática e Telecomunicações. Local: Sala de autoridades da presidência.

11h30 - Recebe Jorge Motta.

12h - Recebe o ministro indicado para a Reforma Agrária, Raul Jungmann.

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Previsão dos trabalhos para a semana

COMISSÕES

Terça-feira (30.04.96)

11h - Comissão Especial destinada à elaboração dos projetos de lei reguladores do texto constitucional alterado pelas Emendas Constitucionais nºs 5, 6, 7, 8 e 9/95.

Pauta: Exposição do ministro de Minas e Energia, Raimundo Mendes de Brito, sobre sugestões para elaboração dos projetos de lei referentes às Emendas Constitucionais nºs 5 (gás canalizado) e 9 (monopólio do petróleo). Local: Sala 02 - Ala Senador Alexandre Costa.

Arruda propõe renda mínima vinculada à educação

Projeto prevê que pai de aluno carente, com idade entre 7 e 14 anos, morador em município com até 50 mil habitantes, receba complementação de meio salário mínimo por filho mantido na escola



Casildo Maldaner

Comemoração de feriado pode ser antecipada

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou sexta-feira que vai apresentar projeto de lei determinando que será antecipada para as segundas-feiras a comemoração dos feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos sábados e domingos e dos dias 1º de janeiro, 7 de setembro, 25 de dezembro e Sexta-Feira Santa.

Maldaner argumenta que os feriados no meio da semana atrapalham a continuidade das atividades, não só do Congresso, com a ida dos parlamentares aos seus estados, como também dos diversos setores produtivos do país.

- Tenho recebido muitos pedidos de mudança na legislação por parte de várias entidades organizadas, especialmente com a proximidade do Dia do Trabalho (1º de maio) - acrescentou.

Ao prever a antecipação das comemorações dos feriados, o projeto de Maldaner restabelece o que estava previsto na Lei nº 7.320, de 1985, revogada em 1990 pela Lei nº 8.087.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou projeto de lei autorizando o governo federal a instituir um programa de complementação de renda mínima na forma de bolsa escolar pública para cidadãos que moram em municípios com até 50 mil habitantes. De acordo com o projeto, o pai do aluno carente, com idade entre 7 e 14 anos, receberia uma complementação de meio salário mínimo por filho mantido na escola, até o máximo de três filhos.

Arruda esclarece que um dos objetivos da proposição é alcançar os bolsões de miséria que se concentram nos pequenos municípios, para conter os avanços migratórios em direção aos grandes

centros. Combater o crescimento demográfico é outra meta do projeto, acrescenta o senador, explicando que como cada família receberia, no máximo, um salário mínimo e meio, a população de baixa renda se preocuparia com o planejamento familiar.

- O projeto ainda tem outra vantagem. É que, não havendo recursos para implantá-lo totalmente no início, nada impede que o presidente da República inicie a sua implantação, por exemplo, nos municípios de até 10



José Roberto Arruda

mil habitantes, e depois passe para os de 20 mil habitantes, e assim por diante, até atingir o limite - acentuou.

O senador disse que acolheu em seu projeto sugestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, para que esse programa de renda mínima se desenvolva em parceria entre o governo federal e os municípios. Cada parte arcaria com metade dos custos, diminuindo a possibilidade de uso político do programa. Arruda foi apoiado, em apartes, pelos senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

Jucá apela ao governo em favor de área de livre comércio de Boa Vista

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apelou ao presidente da República para que edite medida provisória a fim de que seja implantada imediatamente a área de livre comércio em Boa Vista. Ele lembrou que essa área foi aprovada pelo Congresso em



Romero Jucá

1991, mas não foi implantada devido a um problema jurídico: o texto votado pelos parlamentares referia-se a Pacaraima, que é uma localidade, e não a Boa Vista.

Com a nova política do governo de não criar áreas de livre comércio, a situação da capital de Roraima ficou

ainda mais complicada, segundo o senador. "Há catorze pedidos de instalação de áreas de livre comércio. Isso fez com que o governo revise sua posição e decidisse não mais implantar essas zonas. Mas resta uma questão: o que está criado vai ser obstaculizado?", indagou.

SERRA

Jucá informou que já esteve com o ministro do Planejamento, José Serra, para tratar do assunto, e que nesta semana irá buscar, com as áreas técnicas do governo, a

viabilização do compromisso do presidente Fernando Henrique Cardoso de criar a área de livre comércio em Boa Vista.

- Eu entendo que a questão política das áreas de livre comércio deve ser revista. Mas os casos específicos precisam ser analisados - acentuou.

O senador disse que sem essa área Roraima está perdendo renda, porque grande parte da população compra nas zonas francas situadas na fronteira com a Venezuela e em Manaus. Conforme acentuou, isso resulta na queda de arrecadação de ICMS e na quebra de empresas. "Hoje, Roraima vive o caos econômico e o desemprego", frisou.

Edições Técnicas foram sucesso em feira do livro

O estande da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal na 2ª Feira Brasileira do Livro de Fortaleza, realizada de 16 a 21 de abril, foi visitado por mais de 20 mil pessoas. O primeiro secretário da Casa, senador Odacir Soares (PFL-RO), o diretor-geral, Agaciel Maia, e o diretor-executivo do Prodasen, Marco Antonio dos Reis, em visita à feira, foram recepcionados pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e pelo cientista político cearense Paulo Bonavides.

As Edições Técnicas do Senado têm em seu catálogo o mais completo levantamento da legislação brasileira, obras políticas e históricas, além de 33 trimestralmente, há 33 anos, a *Revista de Informações Legislativas*. Em CD-ROM lançado no ano passado e agora em 2ª edição, o usuário pode acessar toda a base referencial da legislação brasileira de hierarquia superior, de 1946 a 1987, e os textos integrais de 1988 até dezembro de 1995. O CD-ROM contém também a base de dados da Bibliografia Brasileira do Direito desde 1846, publicada pela Biblioteca do Senado.

O diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas, João Batista Soares de Sousa, informou que a edição atualizada da Constituição federal foi a obra mais procurada pelos visitantes. Outras edições que despertaram grande interesse foram os volumes da série *Perfis Parlamentares e Os Setores*, de Euclides da Cunha. O estande distribuiu também *folders* informativos sobre as atividades do Senado.

Camata quer passar terrenos de marinha para Vitória e Vila Velha

Senador acusa União de preocupar-se apenas em arrecadar taxas, esquecendo-se de investir no desenvolvimento da área



Gerson Camata

Projetos de lei apresentados pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) transferem da União para os domínios de Vitória e de Vila Velha, no Espírito Santo, os terrenos de marinha localizados nesses municípios, exceto as áreas ocupadas por imóveis ou qualquer propriedade da União.

Camata argumenta que a União tem-se comportado "como um senhorio distante, interessado apenas na arrecadação de taxas e laudêmios, sem promover investimentos necessários ao sa-

neamento e desenvolvimento" desses terrenos.

Depois de lembrar que os moradores dessas faixas de terra à beira-mar são pobres que mal conseguem pagar as taxas de ocupação, o senador afirma que os municípios, depois de feitas as transferências, aplicarão nos próprios locais os recursos arrecadados, beneficiando seus habitantes. Além disso, só os municípios têm condições de evitar abusos e distorções, preservando o equilíbrio urbanístico de Vitória e de Vila Velha, justifica Camata.

Freitas Neto cobra recuperação de rodovias federais no Piauí

O senador Freitas Neto (PFL-PI) dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso, ao ministro dos Transportes, Odacir Klein, e ao diretor-geral do DNER, Tarcísio Delgado, para que sejam adotadas com urgência providências visando à recuperação das rodovias federais no Piauí. "As estradas não estão apenas em más condições. Elas simplesmente acabaram", afirmou.

De acordo com o sena-

dor, seriam necessários recursos da ordem de R\$ 94 milhões para o recapamento dos diversos trechos de oito rodovias federais no estado, numa extensão de 1.597 quilômetros. Esses recursos, assinalou, "significam pouco em comparação aos prejuízos que suas más condições vêm causando".

Freitas Neto disse que em visitas ao interior do estado pôde comprovar que as rodovias "estão deterioradas a ponto de não mais atenderem à população".



Freitas Neto

Segundo o senador, a melhoria das condições de tráfego das estradas é uma das principais reivindicações da sociedade piauiense, temerosa de que a má situação das rodovias venha a deixar o Piauí isolado dos outros estados.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valladares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social — Fernando César Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação — Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo — Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa — José do Carmo Andrade
■ Editores — Djulba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Muncoso
Diagramação — Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos — Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.
Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal